



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PROJETO DE LEI Nº 061/11

D.L.  
Fls. 01

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 21 FEV. 2011

**1º Secretário**

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Espírita Clélia Rocha, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

**NELSON GARCIA**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA:

O Grupo Espírita Clélia Rocha, é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, que tem como uma das principais atividades a confecção de material de artesanato, que objetiva a arrecadação de recursos para atendimento de famílias carentes atendidas pela entidade.

O Grupo é formado em sua maioria por senhoras na melhor idade que com muito carinho e dedicação amenizam o sofrimento de muitas famílias carentes.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 061/11**

**Projeto de Lei nº. 061/2011**

**Autor: Deputado Nelson Garcia**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o **GRUPO ESPÍRITA CLÉLIA ROCHA**, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR..

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –  
LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS –  
PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **GRUPO ESPÍRITA CLÉLIA ROCHA**, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



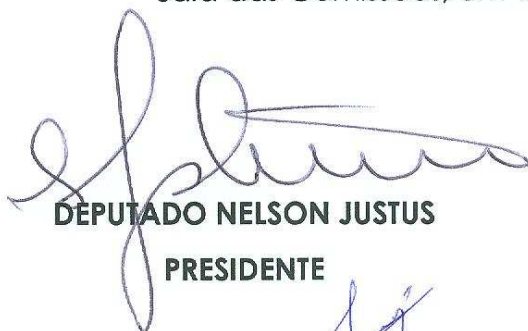
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUÍLIO GENARI**  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL RENI PEREIRA



## Projeto de Lei nº 105/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 28 FEV. 2011

1º Secretário

**S ú m u l a :** Declara de Utilidade Pública a  
“Sociedade Esportiva Mathiluta de Sertaneja”  
com sede e foro no município de Sertaneja.

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a “Sociedade Esportiva Mathiluta de Sertaneja”, com sede e foro no município de Sertaneja.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 28 de fevereiro de 2011.

  
**RENI PEREIRA**  
Deputado Estadual - PSB

### JUSTIFICATIVA

A “Sociedade Esportiva Mathiluta de Sertaneja”, é uma sociedade recreativa e esportiva, sem fins lucrativos, que tem por finalidades precípuas: proporcionar o desenvolvimento social, emocional, e intelectual de crianças, adolescentes e jovens menores de 18 anos, através de práticas bem definidas, incentivar a comunidade no processo de desenvolvimento social, proporcionar exercícios atléticos, voltados à prática e incentivo do esporte, incentivar a cultura e desenvolvimento de projetos de artes e artesanato, promoção gratuita a educação e capacitação profissional, através de treinamentos, cursos, atualização e atividades de qualificação e a promoção do voluntariado entre outras.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a “Sociedade Esportiva Mathiluta de Sertaneja”.





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/2011**

**Projeto de Lei nº. 105/2011**  
**Autor: Deputado Reni Pereira**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **SOCIEDADE ESPORTIVA MATHILUTA DE SERTANEJA**, com sede no município de Sertaneja e foro no município de Cornélio Procópio.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a **SOCIEDADE ESPORTIVA MATHILUTA DE SERTANEJA**, com sede no Município de Sertaneja e foro no município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**S.E. MATHILUTA**", consoante alteração do Estatuto Social, bem como o **foro é Cornélio Procópio**, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.


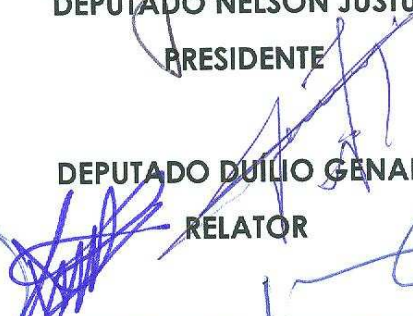


Sala das Comissões, em 12 de abril de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**

**RELATOR**

  
  
  
  
*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 105/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

**Art. 1º** - Fica declarado de Utilidade Pública a "**S.E. MATHILUTA**", com sede no Município de Sertaneja e **foro no Município de Cornélio Procópio**.



Sala das Comissões, em 12 de abril de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**

**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**PROJETO DE LEI N° 305/11.**

**SÚMULA:** Autoriza doação de imóvel para o Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas, do imóvel correspondente à Matrícula nº 6.864, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, localizado na PRT-280, Trevo da CODAPAR, com todas as suas edificações, benfeitorias, móveis e equipamentos.

**Art. 2º.** O imóvel de que trata esta lei fica destinado exclusivamente à instalação do Campus de Palmas e fica gravado com cláusula de inalienabilidade, revertendo ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa daquela especificada.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.





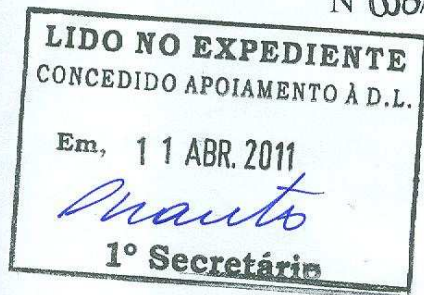
ESTADO DO PARANÁ  
Casa Civil



MENSAG. E.

Nº 006/2011

Curitiba, 11 de abril de 2011



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Instituto Federal do Paraná – “Complexo Tecnológico Dom Agostinho José Sartori”, do imóvel constante da matrícula nº 6.864, do município de Palmas, localizado na PRT-280, Trevo da CODAPAR, com todas as suas edificações, benfeitorias e equipamentos de laboratórios.

A presente medida consulta aos interesses públicos porque viabilizará a implantação do Campus de Palmas naquele Município, em parceria com o Governo Federal, e já tendo sido o imóvel desapropriado com esta finalidade, mediante Decreto nº 5966, de 22 de dezembro de 2009, faz-se necessária a transmissão da propriedade a fim de que os recursos da União para a educação possam ser transferidos para aquela instituição.

Consta no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa daquela específica para a qual foi doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
GOVERNADOR DO ESTADO

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

14:30 11/04/2011 001799 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

## **PARECER AO PROJETO 305/2011**

**Projeto de Lei nº 305/2011**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem 006/11**

**Súmula:** Autoriza doação de imóvel para o Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas .

**EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL DO ESTADO. BENEFICIÁRIO AUTARQUIA. ART. 10 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.**

### **PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, proposto através de mensagem do Poder Executivo, busca autorização do Legislativo para efetuar doação de Imóvel ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Palmas, - "Complexo Tecnológico Dom Agostinho José Sartori", imóvel constante na matrícula nº 6.864, localizado na PRT-280, Trevo da CODAPAR, com todas as suas edificações, benfeitorias e equipamentos laboratoriais, para viabilizar a implantação do Campus de Palmas. Informa que o referido imóvel já restou desapropriado para tal finalidade, fazendo-se necessária a transmissão de propriedade a fim de que os recursos da União, para a educação, possam ser transferidos para a instituição.





## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre ressaltar, que o Instituto Federal do Paraná faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, artigos 1º e 5º:

**Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:**

**I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;**

**(...) (grifo nosso)**

**Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:**

**(...)**

**XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;**

**(...) (grifo nosso)**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Nota-se do projeto em tela que, visando atender ao interesse público, visa à doação de imóvel, já desapropriado, para implantação do Campus do Instituto Federal, no Município de Palmas.

Diante disso, é legítima a iniciativa legislativa do Poder Executivo, que, requer, por meio de Lei, doar bem imóvel do Estado ao ente federativo estadual. Sobre o exposto, dispõe a **Constituição Estadual, artigo 10:**

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

Observa-se, ainda, que a determinação constitucional indica como requisito, beneficiário, pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos.

Cumpre salientar a previsão do Código Civil, artigo 41, inciso IV, que define as pessoas jurídicas de direito publico interno:

**Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:**

I - a União;

II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III - os Municípios;

**IV - as autarquias, inclusive as associações públicas;** (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005) (grifo nosso)

Neste caso, tal requisito resta devidamente cumprido, haja vista, o Instituto Federal do Paraná se tratar de autarquia conforme artigo 1º, inciso I, parágrafo único da Lei nº 11.892/08, conforme segue:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

(...)





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

**Parágrafo único.** As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (grifo nosso)

Tendo em vista que estão preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual, inclusive o requisito da destinação específica e, tendo em vista que o destinatário da doação é pessoa jurídica de direito interno, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à **técnica legislativa**, sugere-se a emenda modificativa anexa.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e quanto à técnica legislativa, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
5





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 305/2011**

De acordo com o que determina o Artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, propõe-se a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 305/11:

**Art. 1º.** O artigo 4º do Projeto de Lei nº 305/11, fica renumerado como artigo 3º.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**